Notícias do dia 17 de janeiro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 2 | Número de veículos: 2

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Procuradores vão ao Supremo Tribunal Federal em favor de lei estadual que disciplina controle externo da Alego 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Fiscalização e governança 5

Procuradores vão ao Supremo Tribunal Federal em favor de lei estadual que disciplina controle externo da Alego

A Associação Nacional dos Procuradores e Advogados do Poder Legislativo (Anpal) e a Associação dos Procuradores da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (Apalego), por meio de manifestação conjunta subscrita pelos procuradores da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**), Eduardo Lolli e Iure de Castro, ingressaram, no último dia 14, como parte interessada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n° 7.581/GO, que discute a constitucionalidade da Lei Estadual nº 22.482/2023, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF). É a primeira vez que a Apalego formula um pedido dessa natureza ao STF, o que constitui importante marco histórico à associação.

Essa lei estadual disciplina o exercício do controle externo pela **Alego**, tanto sobre o Poder Executivo como sobre o **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), em especial no tocante à prestação e ao julgamento das respectivas contas.

Os procuradores argumentam, diferentemente do alegado pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), que a legislação não constitui retaliação ao órgão, porquanto a lei impugnada decorre do exercício legítimo das competências do Legislativo. Apontam, ainda, a Resolução nº 1.801, de 17 de agosto de 2023, da **Alego**, que instituiu a Secretaria de Instrução Técnica e Controle como prova do compromisso da **Alego** com uma fiscalização rigorosa, independente, transparente e responsiva na gestão dos recursos públicos.

Ao informar sobre a medida, os procuradores enfatizam também que o processo de prestação de contas do **TCE**-GO e seu julgamento pela Assembleia Legislativa não são procedimentos recentes, mas práticas históricas, estabelecidas há décadas.

A obrigação do **TCE**-GO de prestar contas à **Alego** e a prerrogativa desta de julgá-las decorrem, antes, da própria posição da Casa, como titular do controle externo e em disposição constitucional específica (desde a redação originária de 1989), e também da Lei Estadual n° 10.196/1987, da Lei Orgânica e do Regimento Interno do próprio **TCE**- -GO, que datam de 2007 e 2008, respectivamente.

Site: http://diariocentral.com.br/website/pdf/1563.pdf

Fiscalização e governança

Data comemorativa é momento de reconhecer papel dos Tribunais de Contas (TCs) na construção de um Brasil mais transparente e democrático, por meio do controle da execução orçamentária e financeira do País, estados e municípios.

A celebração do Dia dos Tribunais de Contas do Brasil em 17 de janeiro é oportunidade para refletir sobre o papel dessas instituições na estrutura democrática e na governança pública do País. A data evidencia a relevância dos Tribunais de Contas (TCs), especialmente no que tange à interação com o trabalho legislativo, com um enfoque especial na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**).

Os TCs têm uma história rica e intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do Brasil como nação democrática. Criados com o intuito de supervisionar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, sua evolução tem sido marcada por um crescente papel na garantia de transparência e legalidade na administração pública. A evolução dessas instituições reflete as mudanças na própria sociedade brasileira, adaptando-se às novas demandas por responsabilidade fiscal e combate à corrupção.

Neste sentido, as cortes de contas desempenham seu papel no controle da execução orçamentária e financeira do país, estados e municípios. Eles atuam não apenas como auditores dos recursos públicos, mas também como orientadores para as diversas esferas de governo, contribuindo para a melhoria da gestão fiscal e a eficiência administrativa. A atuação desses órgãos vai além da fiscalização, pois são baluartes na promoção de práticas de governança responsáveis e éticas.

Intersecção com o Poder Legislativo

A relação entre os TCs e os órgãos legislativos, como a Assembleia Legislativa de **Goiás**, é uma simbiose fundamental para a integridade da gestão pública. Os parlamentos são responsáveis pela criação de leis e pela fiscalização do Executivo, e os relatórios e auditorias dos Tribunais de Contas são ferramentas indispensáveis para que essa fiscalização seja realizada com base em dados concretos e análises aprofundadas.

Em **Goiás**, a **Alego** se beneficia dessa sinergia, utilizando as informações fornecidas pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) para embasar decisões legislativas e garantir uma administração pública mais transparente e eficaz. Ao explorar a história desses tribunais, com uma atenção especial ao **TCE**-GO, percebe-se como eles têm sido cruciais na evolução da gestão pública brasileira.

Jornada histórica

Conforme traz o portal Brasil Escola , a origem dos Tribunais de Contas no Brasil remonta à Proclamação da República em 1889. Inspirados por modelos europeus, esses tribunais foram estabelecidos para garantir a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do país. O primeiro TC foi criado em 1890, logo após a promulgação da primeira Constituição republicana, marcando o início de uma nova era na administração financeira e na fiscalização dos recursos públicos no Brasil.

Ao longo do século XX, os TCs passaram por várias fases de evolução e consolidação. Eles se adaptaram às mudanças políticas e sociais do país, expandindo seu escopo de atuação e aprimorando suas técnicas de fiscalização. A Constituição de 1988 foi um marco importante, pois reforçou a independência e as competências desses órgãos, dando-lhes maior autoridade para atuar na prevenção e no combate à corrupção, além de assegurar a eficácia na gestão dos recursos públicos.

Em **Goiás**, o **TCE**-GO tem uma história rica, refletindo a evolução política e administrativa do Estado. Criado pela Constituição Estadual de 1947, conforme relata o Portal do Instituto Rui Barbosa , o órgão se estabeleceu como essencial para a fiscalização das contas públicas estaduais. Ao longo das décadas, o Tribunal de Contas de **Goiás** se adaptou às necessidades emergentes de uma sociedade em constante mudança, empregando tecnologias modernas e práticas inovadoras para melhorar a eficiência e a eficácia da fiscalização.

Expansão para os municípios

A fiscalização municipal ganhou destaque com o crescimento da autonomia municipal e a necessidade de uma fiscalização mais próxima das administrações locais. Os Tribunais de Contas Municipais (TCMs) surgiram como órgãos especializados na fiscalização dos municípios, trabalhando em conjunto com os Tribunais de Contas Estaduais e o Tribunal de Contas da União (TCU) para garantir uma cobertura abrangente em todas as esferas da administração

pública.

A história dos Tribunais de Contas no Brasil e em **Goiás** é uma narrativa de evolução, adaptação e compromisso inabalável com a integridade e a eficiência. Esses tribunais não apenas fiscalizam os recursos públicos, mas também orientam e educam gestores e cidadãos sobre a importância da boa governança. O Dia dos Tribunais de Contas honra não apenas uma instituição, mas um legado de dedicação ao aprimoramento contínuo da democracia e da sociedade brasileira.

O Dia dos Tribunais de Contas do Brasil, além de uma data comemorativa, é um momento de reconhecimento do papel dessas instituições na construção de um Brasil mais justo, transparente e democrático. A parceria entre esses tribunais e órgãos legislativos, exemplificada pela relação entre o **TCE**-GO e a **Alego**, é um modelo de colaboração que se traduz no fortalecimento das nossas instituições democráticas. A data renova o compromisso com os valores de transparência, integridade e responsabilidade na administração pública, essenciais para o progresso e bem-estar da sociedade brasileira.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site:
https://portal.al.go.leg.br/noticias/141135/fiscalizacao-e-governanca